

## PROSPERIDADE AMBIENTAL

A situação atual do Brasil em termos ambientais pode ser resumida pelas três principais agendas da dimensão Ambiental do Imagine Brasil: (i) conservação e restauração dos biomas e sua biodiversidade, (ii) melhoria da qualidade das águas e dos solos, e (iii) melhoria da qualidade do ar.

De maneira transversal a essas agendas ambientais e com interface com as demais dimensões do Imagine Brasil (social, econômico e governança), estão as agendas da economia verde e inclusiva, com foco na mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

O Brasil completa os 200 anos de independência enfrentando uma série de desafios para alcançar a prosperidade ambiental. As cidades possuem elevados níveis de poluição (das águas, do ar, sonora e visual), mobilidade urbana poluente e ineficiente, trânsito caótico, baixas taxas de arborização urbana e áreas verdes.

As áreas rurais possuem baixas taxas de cumprimento do Código Florestal e elevado uso de agroquímicos, que contaminam tanto as águas superficiais quanto os aquíferos, além de elevados índices de contaminação de alimentos, com concentrações de agrotóxicos acima dos níveis permitidos legalmente. Atualmente, mais de 66% da Mata Atlântica está destruída e a taxa de desmatamento do bioma Amazônia aumentou 87% entre 2017 e 2021.

O processo de desmatamento na Amazônia e no Cerrado, até 2018, era da mesma magnitude em área, refletindo um ritmo mais acelerado para o Cerrado, que é um bioma menos extenso. A partir de 2019, na Amazônia, e a partir de 2020, no Cerrado, o processo se intensificou, refletindo as políticas ambientais dos governos federal e estados da Amazônia. Na Mata Atlântica, onde os remanescentes são menos extensos, o desmatamento se acelerou entre 2020 e 2021.

A Amazônia é uma agenda estratégica, muito importante para o futuro do Brasil. Internacionalmente, ela tem o poder de incluir ou excluir o Brasil no concerto das nações. Diante do quadro cada vez mais preocupante da emergência climática e do valor simbólico da Amazônia, a região é, e deve continuar a ser, a parte mais visível da agenda ambiental brasileira. Dada a importância dessa região para o ciclo hidrológico e, conseqüentemente, para o regime de chuvas de grande parte do território nacional, a Amazônia assume um papel estratégico também para o futuro da produção agropecuária, hidreletricidade e abastecimento urbano de água potável.

Não é de se estranhar que a legislação ambiental seja mais restritiva na Amazônia, com a obrigação de manutenção de reservas legais de 80% das propriedades privadas (com algumas exceções – zoneamento etc.). No Cerrado, onde ocorre grande expansão da produção agropecuária no Brasil, a proteção por reservas legais prevista em Lei varia entre 20% e 35% (na Amazônia Legal).

Existe uma grande diferença entre os biomas brasileiros em termos de proteção por meio de unidades de conservação. Enquanto as unidades de conservação abrangem 28% da Amazônia, elas protegem somente 2,9% do bioma Pampa e menos de 10% dos biomas Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga e

Pantanal. Diante desse quadro, na Amazônia, é preciso promover a regularização cautelosa das propriedades privadas, de maneira a não criar um processo de anistia que resulte em estímulos para a "grilagem" de terras públicas.

O desmatamento, a conservação dos biomas e a mudança do clima têm impactos sobre a quantidade das águas. A iniciativa MapBiomas mapeou a superfície continental do Brasil coberta por água e identificou uma perda, que se intensificou desde 2010, de cerca de um milhão de hectares, incluindo reservatórios, lagos e rios na maior parte do território nacional.

Por exemplo, o Lago Paranoá, em Brasília, perdeu, entre 1960 e 2018, 6,4% de seu volume devido ao assoreamento (Aguiar et al. 2019). Em algumas regiões, como o Nordeste, o processo de desertificação já se encontra em níveis emergenciais, comprometendo a atividade econômica e a eficácia das políticas sociais.

A segurança hídrica é um tema estratégico para o Brasil. As águas brasileiras sofrem uma degradação preocupante, particularmente próximo às grandes cidades e nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A evolução do Índice de Qualidade da Água (IQA) medido nas estações de monitoramento da Agência Nacional de Águas entre 2016 e 2019/2020, mostra um aumento dos índices ruins e péssimos.

A universalização do saneamento básico é uma das principais prioridades para o alcance da prosperidade ambiental. Enquanto mais de 50% do esgoto gerado é tratado nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, a Região Norte conta com apenas 21%.

Outra questão que vem ganhando importância é a poluição do solo, das águas e dos alimentos por agrotóxicos.

O desmatamento e a conservação dos biomas também estão muito relacionados à poluição do ar. Seja pela queima de combustíveis fósseis, que geralmente afetam mais as áreas urbanas, ou pelas queimadas e incêndios nos diferentes ecossistemas, além das áreas de lavoura, pastos plantados e plantios florestais.

No Brasil, o número de cidades monitoradas pela qualidade do ar é muito reduzido, principalmente porque cada Estado tem seu próprio sistema. A Plataforma da Qualidade do Ar é uma iniciativa do Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA) que integra, organiza, analisa e disponibiliza esses dados. Entretanto, o monitoramento concentra-se na Região Sudeste, sendo fundamental a expansão especialmente na Amazônia e no Centro-Oeste, onde a qualidade do ar é muito afetada pelas queimadas sazonais.

### **Onde seria razoável estarmos até 2030?**

O Imagine Brasil identificou seis áreas prioritárias para as ações de prosperidade ambiental, cada qual com os indicadores de impacto, metas e fontes de dados para a verificação de progresso. Esse

planejamento inicial pode servir como plataforma para o debate entre diversos setores da sociedade e o diálogo com diferentes esferas de governo para a implementação de programas de prosperidade ambiental.

Propomos uma estratégia colaborativa, de engajamento do setor governamental com empresas privadas, organizações da sociedade civil e universidades, visando a colocar o Brasil na direção dos propósitos da OCDE e ao alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU.

A dimensão ambiental do Imagine Brasil priorizará os componentes de mudanças climáticas e de biodiversidade. Considerando a interface desses componentes com os demais, especialmente a necessidade de conservação dos biomas e a redução das desigualdades sociais e erradicação da pobreza extrema, foi formulado o seguinte foco prioritário para a primeira fase do Imagine Brasil: “Clima e biodiversidade com soluções baseadas nos ecossistemas e inclusão social”.

Para concretizar as ideias aqui apresentadas, sugerimos a implementação de uma estratégia nacional de Prosperidade Ambiental que deverá incluir seis programas prioritários, de acordo com a tabela abaixo:

| IMPACTO                                                                                                             | INDICADOR (SITUAÇÃO ATUAL)                                          | INDICADOR/ META 2030                                                                                                                                                                                                              | FONTE                                                                                                                                                                    | PROGRAMAS                                                     | BREVE DESCRIÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Redução das taxas de desmatamento, dos desastres ambientais, das perdas de espécies e da extração ilegal de madeira | Valor atual: 2.897.343 ha                                           | 1. 0 Hectares/ano de desmatamento líquido                                                                                                                                                                                         | <a href="#">Mapbiomas Brasil</a> (Cobertura e transições bioma & estados - Coleção 7 - dados de área (ha) de cobertura e uso da terra por bioma e estado de 1985 a 2021) | Programa de Redução do Desmatamento e Degradação Ambiental    | Medidas de comando e controle, ordenamento territorial, governança e incentivos à conservação e recuperação da vegetação nativa, com a atualização e retomada dos Planos de Prevenção e Combate ao Desmatamento (PPCDs) nos Biomas Amazônia e Cerrado, e nos Estados, além da elaboração dos PPCDs para os demais biomas e Estados da Federação.                                                          |
| Redução da poluição por queimadas e da poluição urbana                                                              | Valor atual: 14.225.771 ha                                          | 2. Redução de 70% da área queimada anual                                                                                                                                                                                          | <a href="#">Mapbiomas Brasil</a> (Cobertura e transições bioma & estados - Coleção 7 - dados de área (ha) de cobertura e uso da terra por bioma e estado de 1985 a 2021) | Programa de Redução da Poluição do Ar                         | Medidas de prevenção e combate a queimadas e incêndios florestais, com ações de inteligência, gestão, prevenção e combate, por meio de brigadas atuantes em áreas públicas e privadas. Políticas para a renovação da frota de veículos com motores menos poluentes e maior fiscalização da poluição por veículos automotores                                                                              |
| Redução das emissões de GEE                                                                                         | Valor atual: 2.160.663.755 ton CO2<br><br>Valor 2005: 2.687.693.178 | 3. NDC1 (até 2025, redução de 37,5% em relação a 2005; em 2030, 50% em relação às emissões de 2005 - ou 50% de cerca de 2.400 milhões de toneladas) + reduções adicionais com compensações financeiras de ajustes correspondentes | <a href="#">Emissões Totais   SEEG - Sistema de Estimativa de Emissão de Gases</a>                                                                                       | Programa de Descarbonização da Economia e Redução de Emissões | Além da redução do desmatamento e da degradação florestal e da conservação, o Programa de descarbonização envolve políticas de incentivo à eficiência energética dos eletrodomésticos, veículos e processos produtivos agropecuários e industriais. Além disso, o Programa procura o fortalecimento das fontes renováveis na matriz energética brasileira, com atenção especial à energia solar e eólica. |

| IMPACTO                                                                                                                       | INDICADOR (SITUAÇÃO ATUAL)                                                                                                     | INDICADOR/ META 2030                                                                                                                                                                                         | FONTE                                                                                                                               | PROGRAMAS                                      | BREVE DESCRIÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Melhoria da qualidade das águas                                                                                               |                                                                                                                                | 4. 85% da população com coleta e tratamento de esgotos<br>4a. 95% da população atendida por rede de pública de esgoto (urbana) (média nacional)<br>4b. 85% de esgoto coletado que é tratado (média nacional) | Ministério do Desenvolvimento Regional - Secretaria Nacional de Saneamento (SNS) - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento | Programa de Despoluição das Águas              | Investimentos para o saneamento básico, com coleta e tratamento de esgotos. Incentivos ao poder público municipal para a expansão do saneamento básico. Reforço da fiscalização das fontes poluidoras e programas de apoio ao tratamento de efluentes urbanos, agropecuários e industriais. Apoio à recuperação das matas ciliares e nas áreas de mananciais. Fiscalização e ordenamento do uso das águas para a manutenção da vazão ecológica mínima. |
| Aumento da capacidade de comando e controle, da participação nas instâncias de gestão, e estruturação das políticas de Estado | Valor atual:<br>% do desmatamento que foi autorizado: 2,4%<br>% do desmatamento que foi embargado pelos órgãos ambientais: 27% | 5. % do desmatamento que foi autorizado: 95%<br>% do desmatamento que foi embargado pelos órgãos ambientais: 60%                                                                                             | Mapbiomas<br><a href="#">RAD2020_MapBiomasAlerta_FINAL.pdf</a>                                                                      | Programa de Fortalecimento da Gestão Ambiental | Reforço à governança ambiental estadual, implementação do CAR e fortalecimento do licenciamento rural, e fiscalização dos desmatamentos não autorizados.                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Aumento da proporção da economia brasileira que é verde e inclusiva                                                           | Valor atual: 0,14                                                                                                              | 6. Redução em 50% das Emissões de CO2 (kg) por \$ PPP do PIB                                                                                                                                                 | <a href="#">CO2 emissions (kg per PPP \$ of GDP) - Brazil, World   Data (worldbank.org)</a>                                         | Programa de Fomento à Economia Verde           | Ações de fomento à pesquisa e inovação tecnológica, incentivo à bioeconomia, criação e fortalecimento de novas cadeias de valor sustentáveis, crédito direcionado, infraestrutura para a economia verde, certificação e rastreamento.                                                                                                                                                                                                                  |

## Pontos críticos para avançar

O debate nacional não deve ficar limitado ao crescimento da economia e às políticas sociais: é necessário considerar as interrelações dessas agendas convencionais com a prosperidade ambiental e desenvolver uma abordagem sistêmica, capaz de integrar todas as dimensões do desenvolvimento sustentável.

A recuperação econômica deve estar baseada no desenvolvimento de uma economia verde, de baixa emissão de carbono, e inclusiva. Deve-se buscar a geração de empregos na restauração ecológica, na recuperação e na conservação ambiental, assim como na modernização dos processos produtivos da nossa agropecuária, indústria e serviços, de modo a reduzir seus impactos negativos e favorecer os positivos. É essencial descarbonizar a nossa economia, com metas setoriais e com um mercado de carbono nacional compatível com os padrões internacionais.

A economia de baixo carbono, por exemplo, apresenta diversas oportunidades atreladas ao desenvolvimento econômico para o país. O Art. 6 do Acordo de Paris é uma grande oportunidade para que o Brasil estabeleça uma efetiva e robusta política climática sustentável, que minimize a emissão de gás carbônico e, conseqüentemente, o aquecimento global. Para isso, é importante que a governança nacional estabeleça regulamentos para o Mercado de Crédito de Carbono no país, o que foi iniciado em maio de 2022. Contudo, é preciso que o Governo Federal considere apontamentos de empresas e executivos comprometidos com o desenvolvimento sustentável do país e que visam a que o Brasil tenha uma governança global para essa temática. As metas econômicas devem estar conectadas aos condicionantes ambientais e à redução das desigualdades sociais.

Para construirmos a prosperidade ambiental, o País precisa restaurar e recuperar aquilo que foi indevidamente destruído, especialmente na Mata Atlântica, no Pampa e na Caatinga, e estancar o desmatamento e a degradação dos nossos ecossistemas, especialmente na Amazônia, Pantanal e Cerrado.

Ao mesmo tempo, o Brasil deve recuperar e restaurar as nascentes dos nossos rios e despoluir as nossas águas, doces e salgadas. A qualidade do ar, com redução tanto da poluição derivada da queima de combustíveis fósseis, quanto das queimadas e incêndios florestais também precisa ser priorizada.

É essencial recuperar o espaço perdido pelo país nas negociações internacionais sobre mudança do clima e biodiversidade – temas que se encontram entre as principais agendas da humanidade no século 21. O Brasil pode e deve retomar um protagonismo na esfera internacional, tão bem exemplificado na organização da Rio-92.

As políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal devem estar alinhadas com o paradigma de valorização do capital natural. É necessária uma política nacional de valorização da natureza e dos seus benefícios, com ampla campanha de comunicação e educação da população, assim como ocorre nos países escandinavos – alguns dos mais prósperos do mundo. Para isso, é necessário detalhar como os diferentes segmentos da sociedade podem contribuir para esse desafio.

É primordial o engajamento de sociedade civil, empresas, academia e governos - no fortalecimento de uma identidade nacional conectada ao nosso patrimônio natural. Cada segmento deve encarar suas dificuldades e desafios na agenda ambiental, traçando metas e caminhos para alcançar uma economia verde e inclusiva - uma recuperação verde.

### **Pistas sobre como avançar.**

O Imagine Brasil propõe recomendações e programas de uma estratégia nacional de Prosperidade Ambiental e reconhece a busca de uma mudança de trajetória de desenvolvimento. Como escola de negócios, por onde passam mais de 25000 executivos todos os anos, a FDC entende que a mudança começa dentro da própria entidade.

Vamos promover o engajamento e formação continuada da equipe FDC nessa temática, revisar programas atuais e incluir novos programas e iniciativas de formação de lideranças em ênfase nesta temática (por exemplo, criando o Centro Global Agroambiental e as Jornadas de Desenvolvimento na Amazônia).

Atualmente, já abordamos alguns dos grandes desafios da humanidade (como as mudanças climáticas) na grade do Mestrado Profissional da FDC, no MBA Executivo e em iniciativas em andamento como o CEO's Legacy, que possui um grupo de CEOs focados em ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Está prevista a criação de uma Aliança de Compromissos Empresariais, com o objetivo de conhecermos, conectarmos e darmos visibilidade a boas práticas e à evolução dos resultados das organizações que as adotam, mobilizando pelo exemplo.

Considerando que o Imagine Brasil é um *think action tank*, caminhamos para influenciar em políticas públicas e para a realização de estudos e projetos de apoio à economia verde e inclusiva. O passo seguinte consiste em ações que envolvem os demais *stakeholders* da sociedade. Estão previstos processos de diálogo de múltiplos atores e a articulação com outras iniciativas, nacionais e internacionais, além de ações com incidência em políticas públicas e apoio a planos de descarbonização nas esferas federal, estadual e municipal.